

Gilson Alceu Bittencourt

Engenheiro Agrônomo com
Especialização em Políticas Públicas.
Técnico do DESER, Departamento
Sindical de Estudos Rurais –
Curitiba – PR.

Experiências de Tipificação dos Agricultores e Seus Sistemas de Produção: Duas Experiências para a Elaboração de Políticas de Desenvolvimento Rural

As idéias e propostas aqui apresentadas foram desenvolvidas e/ou sistematizadas pelo Deser¹, a partir de sua relação com inúmeras organizações de agricultores familiares e trabalhadores rurais, baseadas muitas vezes em conhecimento empírico, fruto desta vivência. Gostaria de enfatizar que a experiência do Deser tem se concentrado no Sul do Brasil e, mais diretamente, em regiões de concentração da agricultura familiar e da ação das organizações que os representam.

Os nomes utilizados pelo Deser para denominar as diversas categorias de agricultores foram baseados na metodologia utilizada em cada estudo realizado, buscando sempre a melhor forma de descrever as características encontradas a nível do trabalho de campo. Sem desprezar a importância

da denominação para cada categoria, esta não foi motivo de preocupação, sendo dada maior atenção para a descrição qualitativa das mesmas.

Serão apresentadas algumas conclusões e análises de duas pesquisas sobre “sistemas agrários” realizadas pelo Deser, ou em fase de conclusão, nos últimos 4 anos. Estes trabalhos trazem grandes semelhanças quanto às características das categorias encontradas, embora apresentem metodologias de pesquisa diferentes.

A primeira experiência refere-se a um estudo realizado em 1992, no Sudoeste do Paraná, pelo Deser em conjunto com a Assesoar, assessorada metodologicamente pelo IAPAR. O segundo trabalho foi desenvolvido em Quilombo (região Oeste de Santa Catarina),

através da soma da metodologia de “Sistemas Agrários” defendida por Marc Dufumier, adaptada pelo Deser. Neste momento, o Deser esta realizando uma terceira experiência, já em fase de conclusão, no município de Pitanga (região Centro-Oeste do Paraná), o qual busca implementar na íntegra a metodologia de Sistemas Agrários proposta por Marc Dufumier. Este último trabalho será apresentado em uma próxima oportunidade.

I – Caracterização e Diagnóstico dos Sistemas de Produção do Sudoeste do Paraná²

Esta pesquisa fazia parte de um conjunto de quatro estudos (sócio-econômico, sindicalismo, agroindústrias e sistemas de produção)

¹ DESER – Departamento Sindical de Estudos Rurais

² ASSESOAR/DESER. *Caracterização e diagnóstico dos sistemas de produção do sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão/PR, 1994.

com o objetivo de oferecer subsídios para as discussões de uma proposta alternativa de desenvolvimento para a região Sudoeste do Paraná. O estudo fundamentou-se na metodologia de pesquisa em sistemas de produção desenvolvida pelo IAPAR, a qual já sofreu algumas alterações pelo próprio Instituto, devidas a seu alto custo e ao longo prazo para a sua conclusão.

A região Sudoeste, com seus 36 municípios, foi dividida em 10 microrregiões, buscando uma homogeneidade quanto aos aspectos sócio-econômicos, estrutura fundiária, solo, relevo e clima. Em cada microrregião foi escolhida uma ou duas comunidades (representatividade de 1% dos estabelecimentos da microrregião) buscando representar as características da microrregião. Nesta comunidade procurou-se entrevistar todas as famílias que ali residiam, sendo entrevistados um total de 713 agricultores.

As categorias foram definidas de acordo com o uso da mão-de-obra, valor bruto da produção agropecuária e origem das rendas. Dois conceitos são fundamentais para entender as categorias tipificadas:

VBPa: Valor monetário da produção bruta agropecuária da safra 91/92.

VTR: Valor monetário das receitas totais decorrentes do ano agrícola e correspondente a rendas não agrícolas, renda da terra, venda de força de trabalho e valor bruto

da produção agropecuária.

Categorias tipificadas:

a) Outras rendas: o valor de *Rendas não Agrícolas* era superior a 50% do valor *Total das Receitas*.

b) Renda da Terra: o valor da *Renda de Terras cedidas em Arrendamento* era superior a 50% do valor *Total das Receitas*.

c) Semi-assalariado: o valor da *Venda de Força de Trabalho* equivale a mais de 50% do valor *Total das Receitas*.

d) Agricultores com *Valor Bruto da Produção Agropecuária* equivalente a mais de 50% do valor *Total das Receitas*. Estes agricultores foram subdivididos em 6 categorias:

- Produtor Simples não Capitalizado – PS-: VBPa menor que U\$ 2.435/ano e uso de mão-de-obra familiar superior a 50% do total utilizado;
- Produtor Simples não Capitalizado – PS+: VBPa entre U\$ 2.435 e U\$ 6.087/ano e uso de mão-de-obra familiar superior a 50% do total utilizado;
- Empresário Familiar pouco Capitalizado – EF-: VBPa entre que U\$ 6.088 e U\$ 12.174/ano e uso de mão-de-obra familiar superior a 50% do total utilizado;
- Empresário Familiar Capitali-

zado – EF+: VBPa maior que U\$ 12.174/ano e uso de mão-de-obra familiar superior a 50% do total utilizado;

- Empresário Rural pouco Capitalizado – ER-: VBPa entre que U\$ 6.088 e U\$ 12.174/ano e uso de mão-de-obra contratada é superior a 50% do total utilizado;
- Empresário Rural Capitalizado – ER+: VBPa maior que U\$ 12.174/ano e uso de mão-de-obra contratada é superior a 50% do total utilizado.

Alguns indicadores das categorias de agricultores familiares são apresentados no Quadro 1.

As demais categorias representavam, em termos percentuais: “Semi assalariado” – 3,09%, “Empresários Rurais pouco Capitalizados” – 0,7% e os “Empresários Rurais Capitalizados” – 3,5% dos estabelecimentos entrevistados.

A partir da categorização social definiram-se os sistemas de produção de cada categoria, considerando:

- agricultores onde o valor comercializado era menor que 30% do VBPa foram classificados como produtores de autoconsumo.
- para os demais, a classificação dos sistemas foi realizada em função da porcentagem comercializada de um produto em relação ao total comercializado pelo agricultor. Quando a co-

mercionalização de um único produto equivale a mais de 50% do total comercializado – especializado neste produto. Nos casos onde 2 produtos somados corresponderem a mais de 50% do total e o índice de diversificação for menor que 3, o produtor é especializado nestes dois produtos. Caso contrário, o produtor será considerado diversificado.

Com esta nova classificação, foi possível chegar aos tipos de produtores (associação da categoria social com os sistemas de produção), resultando por exemplo em PS⁺ suínos, EF⁻ milho, PS⁻ diversificado, conforme Quadro 2.

As principais críticas a esta metodologia foram o excesso de tempo despendido; alto custo; a não inclusão de especificidades e por não debater temas externos ao sistema e que o influem diretamente, como o processo histórico do agricultor.

II – Pesquisa FAO/INCRA – Agricultura Familiar na Região Sul – Caso de Quilombo – SC

Esta pesquisa realizada para o convênio FAO/INCRA, em 1995, ainda não publicada, tinha por objetivo básico traçar um perfil da agricultura familiar na região Sul

do Brasil, através de um estudo de caso, mas de antemão, entendia-se que seria impossível, dada a diversidade da agricultura familiar na região. Para fazer um estudo sobre a agricultura familiar no Sul seria preciso fazer uma pré-tipificação regional, separando a região em grandes áreas de estudo. Seriam necessários, no mínimo, seis a dez estudos de caso, onde poderia se agrupar regiões com semelhanças sócio-econômicas e culturais, e principalmente semelhanças nos seus sistemas de produção. Destaca-se, por exemplo, semelhanças entre as regiões de grãos/produção animal (Sudoeste-PR, Oeste e Extremo Oeste-SC e Alto Uruguai-RS), fumageiras (Santa Cruz do Sul-RS, Vale do Itajaí-SC e Centro Sul-PR), produção de grãos (Oeste e Norte-PR e Missões-RS), gado (Nordeste-PR e Lages-SC, Pampa-RS), fruticultura (Serra Gaúcha) entre outras com características próprias.

Optou-se então pelo Oeste Catarinense, região com forte presença de agricultores familiares, associada com diversas experiências de desenvolvimento rural.

Durante o trabalho de campo, foi constatada a presença, entre os agricultores familiares mais capitalizados, de algum tipo de contratação de serviços, tanto na forma de parceria, como do emprego de trabalhadores temporários e permanentes. Estes agricultores, embora possam contratar empregados devido aos sistemas que utilizam, têm a maior parte de seu sistema de produção desenvolvi-

Quadro 1 – Sudoeste do Paraná: Indicadores selecionados – 1991/92

Indicadores Selecionados	Unid.	PS ⁻	PS ⁺	EF ⁻	EF ⁺
Estabelecimentos totais	%	24,7	33,8	16,9	10,9
Área média própria	ha.	10,0	14,5	21,9	42,9
Mão-de-obra familiar potencial	EH	3,1	3,5	3,9	4,0
Capital Total	US\$	2.639	5.478	12.560	41.023
Benfeitorias	%	34,4	37,5	36,3	28,5
Insumos	%	9,3	12,7	15,1	24,4
Animais	%	33,7	24,8	13,3	6,0
Máquinas	%	14,6	21,2	30,5	35,8
Comercialização/Valor Bruto da Produção	%	55,1	71,4	77,8	87,1
Margem Bruta	US\$	1.247	2.788	5.433	12.894
Valor Bruto da Produção	US\$	1.524	4.003	8.652	26.045

Fonte: ASSESOAR/DESER

Quadro 2

Categorias	Principais Sistemas de Produção
EF ⁺	diversificado; suíno; aviário; soja – representam 76% dos casos
EF ⁻	diversificados; fumo; suínos; milho – representam 77% dos casos
PS ⁺	diversificados; milho; bovinos; fumo; suínos; soja – representam 90% dos casos
PS ⁻	milho; autoconsumo; diversificado – representam 69% dos casos

do por membros da família. Partindo desta constatação, optou-se pela seguinte definição de agricultor familiar:

“agricultor familiar é todo aquele(a) agricultor(a) que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+ 80%) e cuja base da força de trabalho utilizada no estabelecimento seja a de membros da família. É admitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo à família, a mão-de-obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento.”

Partiu-se do pressuposto que os agricultores familiares poderiam ser divididos em três grandes categorias sociais, e que independente dos seus sistemas de produção, os agricultores de cada categoria apresentavam características sócio-econômicas semelhantes entre si. Para defini-los, optou-se por utilizar os termos contidos no documento elaborado pela FAO/INCRA³, onde os agricultores familiares eram classificados em “consolidados”, “de transição” e “periféricos”. Para os agricultores de Quilombo, estas três categorias apareceram durante as entrevistas com outras denominações, sendo chamados de agricultores “fortes”, “meio fortes” e “fracos”.

A escolha dos agricultores a serem entrevistados foi feita na me-

da em que os sistemas de produção foram-se tornando visíveis, sempre buscando levantar os principais sistemas presentes no município.

A caracterização de cada categoria iniciou quando da realização das entrevistas, o que clarificou qual era o nível de renda e de capitalização de cada grupo. A área agricultável, as condições de moradia e a presença de máquinas, equipamentos e instalações foram sendo relacionadas com a renda monetária bruta anual, apresentando uma relação diretamente proporcional entre elas. Utilizou-se para o cálculo somente a renda monetária bruta da atividade agrícola. Assim, outras rendas provenientes de atividades não agrícolas e originadas na venda da mão-de-obra de membros da família não entraram no cálculo, embora tenham sido utilizadas para a classificação e tipificação dos agricultores. A renda monetária pode ser um bom método para avaliação das condições de vida dos agricultores familiares, entretanto, é importante utilizá-la associada a outras variáveis, caso contrário poderá mascarar uma análise, quando esta visa a quantificação dos agricultores pertencentes a uma categoria, principalmente entre os considerados “periféricos”.

Os agricultores foram então divididos nas 3 categorias que, em julho de 1995, eram representadas, em reais (R\$), pelas seguintes ren-

das monetárias da atividade agropecuária:

1. *Agricultores Familiares Periféricos*: renda monetária bruta anual inferior a R\$ 2.500;
2. *Agricultores Familiares de Transição*: renda monetária anual entre R\$ 2.500 e R\$ 6.000;
3. *Agricultores Familiares Consolidados*: renda monetária bruta superior a R\$ 6.000.

Uma vez classificados nas categorias “consolidado”, “de transição” e “periférico”, os agricultores foram subdivididos de acordo com os seus sistemas de produção. Os sistemas foram classificados em função da importância econômica de cada produto na unidade de produção (estabelecimento), e da importância dada pelos agricultores à cada atividade. Como na maioria dos casos os agricultores utilizam um produto para produção de outro, como no caso do milho para a produção de leite e de suínos, considerou-se ambos os produtos, mas dando maior ênfase para os produtos comercializados, no caso, o leite e os suínos.

É importante salientar que a situação na agricultura é muito dinâmica, não existindo uma consolidação permanente de um ou outro sistema de produção, ou mesmo, de uma ou outra categoria de agricultor familiar. A categoria aqui definida como “conso-



³ FAO/INCRA. Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a Pequena produção Familiar. Brasília, 1994.

lidada”, apresenta em sua caracterização um evidente acirramento com as agroindústrias e cooperativas em relação as constantes necessidades de inovações tecnológicas e de intensificação do trabalho (quantitativo e qualitativo), sem que a remuneração venha na mesma intensidade. O retorno financeiro por capital investido, por exemplo, tende a ser menor e de maior risco para esta categoria, do que quando comparado com as demais.

As principais demandas deste grupo são por políticas mais conjunturais e de mais fácil alcance, junto a cooperativas, agroindústrias e Governo. Logo o termo “consolidado” não significa uma condição de estabilidade em seus investimentos e/ou um sistema de produção permanente, ou mesmo, a garantia da reprodução familiar. Sua situação significa uma agricultura de ponta, com necessidade de políticas públicas diferenciadas em relação as outras duas categorias, para que possam continuar/melhorar a atual condição.

Para os agricultores familiares classificados com “de transição”, todos os itens de capital (benfeitorias, máquinas e equipamentos) estão em construção, bem como o seu sistema de produção básico. A área média dos estabelecimentos é menor que a dos considerados “consolidados” e, em muitos casos, é insuficiente. Pelo fato destes agricultores estarem situados normalmente em áreas de baixa fertilidade, de relevo mais acentuado, e com menor investimento em

manejo/conservação dos solos ao longo dos anos, o percentual de área “aproveitável” por estabelecimento, com bons índices de produtividade, é bem menor que a da categoria dos “consolidados”.

Estes agricultores “de transição” não foram beneficiados pelos instrumentos de política agrícola destinados a investimentos nas duas últimas décadas. Foram também prejudicados pela falta de acesso a informações e assistência técnica. Atualmente estes agricultores reconhecem a importância da assistência técnica e da tecnologia, o que os leva a constantes buscas de informações e novos conhecimentos.

Fruto das limitações de capital, estes agricultores buscam políticas públicas de investimentos, ao mesmo tempo em que procuram, com uma pequena poupança própria, construir e/ou estruturar seu sistema produtivo. Em muitos casos,

a forma encontrada para o acesso às políticas públicas de investimento dá-se através da integração a agroindústrias.

Já os agricultores considerados como “periféricos” estão há muito tempo excluídos do acesso à terra e, conseqüentemente, das políticas agrícolas de crédito e assistência técnica. A pouca terra, quando as possuem, é de péssima qualidade, cheia de pedras e com alta declividade. São obrigados a complementar a renda através do arrendamento/parceria de terras e/ou venda de mão-de-obra por membros da família.

Para facilitar a visualização das diferenças entre as categorias, o Quadro 3 mostra, de forma sintética, algumas das principais características das categorias encontradas neste estudo.

As categorias de agricultores foram cruzadas com os sistemas

Quadro 3 – Quilombo: Principais indicadores das categorias de agricultores familiares

INDICADOR	AGRICULTOR FAMILIAR		
	Consolidado	Transição	Periférico
Área (ha)	38,6	18,6	7,6
Pessoas	ocupada	2,9	2,8
	moradia	4,9	4,6
Receitas agrícolas (R\$)	19.935	6.230	1.646
Despesas agrícolas (R\$)	8.110	2.085	537
Renda Monetária agrícolas (R\$)	11.824	4.145	1.109
Renda Monet. agric. por pessoa/ano (R\$)	ocupada	4.330	1.566
	morador	2.596	955
Outras rendas/ano (R\$)	INSS	455	384
	serviços	449	
RENDA GLOBAL (R\$)	12.729	4.529	1.925

Fonte: Pesquisa de campo.
Obs.: safra94/95

de produção, resultando nos diversos tipos de agricultores, sendo possível traçar as perspectivas e pontos de estrangulamento de cada tipo de agricultor, conforme demonstra o Quadro 4.

No caso dos agricultores familiares periféricos, optou-se por dividi-los em dois grandes subgrupos, na medida em que é quase

impossível classificá-los através dos seus sistemas de produção. Estes dois subgrupos foram classificados com base nas características a seguir:

a) agricultores semi-assalariados que produzem em área própria/arrendada uma pequena parte da alimentação destinada para o autoconsumo, vendendo pequenos

excedentes. A base da renda destas famílias provém da venda da força de trabalho de um ou mais membros da família. Fazem parte deste grupo os muitos trabalhadores temporários e/ou agregados.

b) agricultores que têm seu sistema de produção voltado quase que exclusivamente para o autoconsumo e pouco para o merca-

Quadro 4

<i>Principais Sistemas</i>	<i>Categorias de Agricultores</i>	<i>Triunfos e Perspectivas</i>	<i>Pontos de Estrangulamento</i>
1. Milho/ feijão	em transição		pouco valor agregado, sistema em declínio
2. Milho/ feijão/ suínos	consolidado em transição	utilização do esforço na lavoura e renda mensal dos suínos	diversificação precária, baixos preços dos suínos, supõe patamar mínimo de criação
3. milho/ feijão/ suínos/ horticultura e/ou leite	consolidados em transição	crescimento dos mercados urbanos	escassez de mão-de-obra – horticultura
4. Milho/ aves/ suínos/ feijão	consolidados	renda mensal com integração a agroindústria	exige investimentos constantes, exige muita mão-de-obra
5. Milho/ leite/ suínos/ feijão/ bovinos	consolidados	redução de risco pela diversificação. Renda mensal, adubação orgânica do milho, recursos do feijão na entre-safra	exige inovação técnica permanente, armazenagem de milho, qualidade da estabulação do gado, padrão genético do gado, baixa produção de leite
6. Milho/ feijão/ suínos/ aves/ leite/ bovinos	consolidados	mais rentável	exige altos investimentos, muita mão-de-obra
7. Milho/ feijão/ horticultura	em transição	alternativa de diversificação recente	supõe experiência, gastos com estufas, exige conhecimento de mercado
8. Milho/ feijão/ fumo/ leite	em transição	fumo garante renda e acesso ao crédito e uso de adubos para outras culturas, valorização patrimonial, compatibilidade fumo/leite	uso intensivo de agrotóxicos, demanda concentrada de mão-de-obra
9. Milho/ feijão/ leite	em transição	sistema mais acessível viável com pouco capital	Recursos para investimentos em pastagem e melhoria genética, necessidade de mais terra

do. Para este, produzem o milho e o feijão, limitados pela pequena área disponível e pela falta de capital.

Em termos gerais, na elaboração das propostas de políticas públicas, considerou-se como perspectivas para cada uma das três categorias:

1. Familiar “consolidado”: manutenção do padrão atual de vida, com especial atenção às questões de crédito, educação, saúde, lazer e preços, contratos de trabalho (parcerias);
2. Familiar “de transição”: elevação do padrão de vida ao nível dos consolidados, passando pela reconversão/reestruturação produtiva, acesso a mais terra (ampliação), crédito, educação, saúde, lazer, preços, política de arrendamento e, principalmente, assistência técnica;
3. Familiar “periférica”: para estes são necessários três grupos distintos de políticas: grande parte deste grupo pode melhorar sua condição de vida através da reforma agrária. Outra parte tem condições de avançar com as mesmas políticas colocadas à disposição para a categoria anterior. Por fim, para um número significativo de representantes deste grupo, políticas de geração de emprego, através da criação de agroindústrias, localizadas na própria região, ou ainda, relações de trabalho (emprego e parceria) com os outros agriculto-

res familiares tendem a ser uma opção.

Conclusão

A agricultura familiar e, conseqüentemente, os agricultores familiares são, sem dúvida, os instrumentos básicos para a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável de muitas das pequenas cidades brasileiras, garantindo uma agricultura sustentável, que prioriza as questões sociais, econômicas, culturais e ambientais. Para isto, é necessário que o governo, em seus três níveis, inverta suas prioridades, fazendo com que suas ações hoje voltadas quase que exclusivamente à agricultura patronal, sejam destinadas aos agricultores familiares.

Para isto, é preciso partir do conhecimento das diferenças e especificidades existentes no interior da agricultura familiar, de onde provém as idéias e propostas necessárias para o seu avanço e desenvolvimento. A busca de sistemas de produção viáveis e adequados a sua realidade sócio-econômica, já é uma constante entre estes agricultores familiares, apontando o caminho a ser seguido e apoiado pelo poder público.

Em termos numéricos e de representatividade, os agricultores familiares são a grande maioria dos produtores rurais, sendo responsáveis por grande parte da produção agropecuária brasileira e da geração do emprego, detendo me-

nos terra e poucos benefícios das políticas públicas.

Caracterizando os fatores potencializadores e restritivos destes diferentes grupos e de acordo com os distintos sistemas de produção, pode-se propor políticas diferenciadas a cada uma das três categorias. As propostas alternativas de políticas públicas, que realmente venham contribuir no desenvolvimento do campo brasileiro, devem ser cada vez mais regionalizadas, buscando contemplar as características sócio-culturais dos agricultores brasileiros.

IV – Bibliografia

- ASSESOAR/DESER. Caracterização e Diagnóstico dos Sistemas de Produção do Sudoeste do Paraná. Francisco Beltrão/PR, 1994.
- DESER/UNIJUÍ/ASSESOAR. Diagnóstico Sócio-Econômico da Agricultura Familiar do Sudoeste do Paraná. Curitiba, 1992.
- DUFUMIER, Marc. La Importancia de la Tipología de Las Unidades de Produccion Agrícolas In *El Analisis-diagnostico de Realidades Agrarias*, Instituto Nacional Agronômico – Paris-Grignon.
- FAO/INCRA. Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a Pequena Produção Familiar. Brasília, 1994
- FAO/INCRA. Sistematização das Recomendações de Políticas Elaboradas pelos grupos temáticos – Região Sul. Passo Fundo, 1995
- CEPA/SC. Tipificação de Estabele-

cimentos Agrícolas: Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 1994.

RENK, Arlene. As Representações da Colonização no Oeste Catarinense a partir dos Brasileiros. *Cadernos do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste (CEON)*, número 7, Chapecó/SC, 199?.

VEIGA, José Eli da. *Dossiês Estatísticos: para detalhamento regionalizado das propostas contidas no relatório Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo, 1995.